

7. LEGISLAÇÃO FEDERAL RELEVANTE

Diversos outros institutos legais, de nível federal, têm relação direta ou indireta com os problemas de saneamento.

7.1. Saúde

O Ministério da Saúde tem a atribuição de zelar pela salubridade das águas e, através do Decreto nº 76.872, de 22 de dezembro de 1975, regulamentou a Lei nº 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação de água em sistemas públicos de abastecimento.

A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990) dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e o financiamento dos serviços correspondentes a essas atribuições.

A partir de dispositivo constitucional determinando que "as ações de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único", organizado de acordo com as diretrizes da descentralização, da assistência integral (com prioridade para as atividades preventivas) e da participação da comunidade (artigo 198 da Constituição Federal), foi institucionalizado, pela lei, o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Sistema compreende o conjunto de ações e serviços prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. Entre as suas atribuições inclui-se a participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.

A Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a

participação da comunidade na gestão do SUS, estabeleceu critérios para os repasses ou transferências de recursos da União para estados e municípios, visando o custeio de ações de saúde.

7.2. Política ambiental

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, definiu a Política Nacional de Meio Ambiente, seus objetivos e instrumentos.

Entende-se como ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

O objetivo da política nacional de meio ambiente é preservar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, atendendo, entre outros, ao princípio da racionalização do uso do solo, do subsolo e da água.

7.3. Proteção ao consumidor

A Lei nº 8.070, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre a proteção ao consumidor, incluindo-se nesta categoria o usuário de serviços públicos, ao qual é assegurado o direito a um adequado e eficaz atendimento (artigo 6º).

7.4. Repressão ao abuso do poder econômico

A Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, regulou a repressão ao abuso do poder econômico. Entre outras situações, considera abuso o aumento de preços, sem justa causa, nos casos de "monopólio natural" ou de fato.

A lei criou, ao mesmo tempo, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), encarregado de apurar e reprimir os abusos de poder econômico.

7.5. Defesa da concorrência

A Lei nº 8.158, de 8 de janeiro de 1991, instituiu normas para a defesa da concorrência, atribuindo à Secretaria Nacional de Direito Econômico (SNDE) a competência para propor as medidas necessárias para preservar os mecanismos de formação de preços, a livre concorrência e a liberdade de iniciativa. Isto, evidentemente, implica eventuais ingerências nas atividades de empresas de serviços públicos que funcionam em regime de monopólio.

7.6. Irrigação

A expansão da agricultura irrigada no Brasil ocorreu sem qualquer legislação específica, até o final da década de 70. A Lei nº 6.662, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, somente veio a ser promulgada em 25 de junho de 1979, e sua regulamentação demorou mais cinco anos (Decreto nº 89.946, de 25 de março de 1984).

No período de 1988 a 1989, o Ministério da Irrigação (posteriormente extinto), com o apoio do Banco Mundial, promoveu uma ampla análise e reavaliação da política de irrigação, procurando adaptá-la à nova realidade do país. Buscou, sobretudo, definir condições para o desenvolvimento de modelos de irrigação privada, que substituíssem, com maior eficácia, a inoperante estratégia de irrigação pública que havia prevalecido no passado.

Essa reformulação de políticas foi consolidada na chamada Resenha Setorial de Irrigação, que, embora tenha sido aprovada pelo governo e publicada, não teve a divulgação necessária e suas diretrizes não foram totalmente implementadas.

Os especialistas da área entendem que há necessidade de revisar a legislação de irrigação, para que se possa atualizá-la e corrigir algumas distorções evidentes. Entre outros aspectos considerados prioritários nessa correção destacam-se:

- a rigidez na definição dos objetivos sociais dos projetos (particularmente no que se refere à proporcionalidade entre lotes familiares e empresariais), em detrimento dos seus objetivos econômicos ou de desenvolvimento;
- as deficiências da política de tarifas, que está centralizada em mãos do governo federal e não prevê cargas adequadas para a efetiva recuperação dos investimentos do governo (o que se chama amortização é, na realidade, depreciação) e não considera os custos fixos de operação;
- a falta de instrumentos legais eficazes para coibir a inadimplência dos irrigantes, em projetos públicos;
- a descontinuidade administrativa e a dicotomia institucional hoje existentes entre o DNAEE/MME, de um lado, e a Secretaria Nacional de Irrigação (Senir), do Ministério da Integração Regional (MIR), de outro.

Em síntese, o que se pretende é implantar efetivamente a reforma institucional já definida, que implica profunda revisão do papel do Estado no campo da irrigação, criando condições para a recuperação dos investimentos públicos e para o incentivo ao investimento privado e à iniciativa empresarial nessa área (ver, a propósito, o texto de Eduardo Borella, Desafios da irrigação brasileira e implicações para a revisão da legislação, apresentado no Seminário de Irrigação, Política de Águas e Implicações Legais, promovido pelo Senir/Banco Mundial, em Washington, em outubro de 1993, e resenhado por Nilson Holanda no relatório final desse encontro).

7.7. Programa Federal de Desregulamentação

Entre alguns dispositivos legais mais recentes, que afetam a administração pública de um modo geral, vale mencionar o Decreto nº 99.179, de 15 de março de 1990, alterado pelo Decreto nº 99.377, de 11 de julho de 1990, que instituiu o Programa Federal de Desregulamentação, com o objetivo de "fortalecer a iniciativa privada em todos os seus campos de atuação, reduzir a interferência do Estado na vida e nas atividades do indivíduo, contribuir para a eficiência e o menor custo dos serviços prestados pela administração pública federal e para que sejam atendidos satisfatoriamente os usuários desses serviços".

O decreto estabelece algumas diretrizes gerais de desburocratização, limitação de controles e formalidades, descentralização e reforma administrativa.